

No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio

In death's domain: scenarios, pomp and urbanity in the cemeteries of Rio de Janeiro

Antonio Motta

Doutor em Antropologia Social e Etnologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Mestre em História Moderna e Contemporânea na Universidade de Paris-Sorbonne. Professor do Departamento de Antropologia e Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professor no Programa de Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca-Espanha.
antonio-motta@uol.com.br

RESUMO: O ponto de partida deste ensaio assenta-se no pressuposto de que houve, no Brasil, uma mudança nos modelos ou regimes da morte e de suas formas de sepultamento, respondendo eles a diferentes processos sociais, especialmente, a determinadas práticas das elites brasileiras e seus modos de reprodução e distinção sociais. Para isso, propõe-se uma reflexão sobre as práticas sociais mortuárias nos cemitérios oitocentistas do Rio de Janeiro, nos primeiros decênios do século XX, onde eram reafirmadas expressões e sensibilidades de gosto e de sociabilidade através dos quais os vivos referenciavam os seus mortos.

Palavras-chave: cemitérios do Rio de Janeiro; cenografia mortuária; urbanidade nos cemitérios

ABSTRACT: *The starting point of this essay is the assumption that in Brazil, there was a change in the models and ways of handling death and forms of interment, as a response to different social processes, especially to certain practices by the Brazilian elites and their modes of social reproduction and distinction. Thus, we propose to reflect on the social practices surrounding death in Rio de Janeiro cemeteries in the 19th century and first few decades of the 20th century, where sensibilities and expressions of taste and sociability through which those alive revered the dead were reaffirmed.*

Keywords: *cemeteries of Rio de Janeiro; death representations; urbanity*

Por volta do final da segunda metade do século XIX, o gosto pela sepultura individualizada tornou-se importante referência para as elites brasileiras urbanas, que logo se adaptaram aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais, assim como de suas lógicas de enterramento e de sociabilidade. Havia alguns anos já construídos, os primeiros cemitérios cariocas secularizados passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo exibidos na construção de seus túmulos e jazigos. Para isso no entanto, esses novos espaços contaram com um forte investimento na colocação de estátuas, de bustos, de fotografias, de inscrições lapidares e de uma infinidade de signos sobre os túmulos – ao que Michel Vovelle, no contexto francês, refere-se como sendo uma verdadeira *statuomanie* (Vovelle, 1988, pp. 642-646).

No Rio de Janeiro, os cemitérios, cada um a seu modo, tentaram atrair para seus quadros de sepultamento as camadas mais afortunadas ligadas ao patronímico de velhas famílias que gozavam de prerrogativas econômicas e políticas decorrentes do comércio, da produção escravista, do latifúndio e de cargos importantes no poder. Anos mais tarde, seria a vez das novas fortunas, procedentes do capital financeiro especulativo, da indústria, de profissões liberais, assim como outros setores das camadas urbanas que surgiam nas principais capitais do país.

Conforme sugere Clarival do Prado Valladares (1972), enquanto o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1850, tornara-se o lugar predileto para o sepultamento da elite nobiliárquica do Império, com seus marqueses, condes, barões, conselheiros, comendadores, tenentes-coronéis e outros titulares da guarda nacional, além de proprietários de terras e de escravos, o Cemitério de São João Batista, construído em 1852, no bairro de Botafogo, ocupou esse papel durante a República, acolhendo figuras importantes da vida pública do país: políticos, chefes de Estado, banqueiros, prósperos comerciantes, donos de renda, humanistas, militares, bem como segmentos da nova burguesia endinheirada da época.

Já outros autores tendem a interpretar esse fenômeno a partir da hipótese de que, com a chegada da República, o temor de alguns segmentos burgueses da sociedade fluminense em se reconhecerem partidários do regime monárquico teria interferido de forma decisiva na escolha do São João Batista como o cemitério mais concorrido depois de 1889, uma vez que o Velho Catumbi continuava associado às tradicionais famílias do Império (Lima, 1994, p.110). Por sua vez, o São João Batista, contava a seu favor com a privilegiada localização, mais próxima do centro, em bairro aristocrático, dado que correspondia aos novos requisitos urbanos exigidos pelas camadas burguesas que emergiam na época (Gerson, s.d.). Independentemente das afinidades eletivas, religiosas ou preferências político-ideológicas na escolha dos cemitérios, o fato é que tanto um quanto o outro foram exemplos privilegiados de representações diversas que as camadas mais abastadas da sociedade fluminense buscaram

construir sobre si mesmas por meio de edificações tumulares grandiosas, mediante as quais marcaram sua posição de classe e referendaram a origem de suas genealogias familiares.

O processo de diferenciação e distinção nas formas de enterramento se reproduziu igualmente em três outros cemitérios do Rio de Janeiro, dos quais dois deles eram cemitérios de corporação religiosos, tais como as confrarias e as irmandades, no século XVIII.

O primeiro deles é o Cemitério da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, inaugurado em 1858, que se manteve mais hierarquizado quanto ao perfil de seus usuários, na medida em que priorizou para sepultamento os membros da referida irmandade, entre os quais se destacavam muitos nomes conhecidos da República. O mesmo se poderia dizer do Cemitério da Ordem Terceira de N. S. do Carmo, que passou a funcionar em 1857, reunindo uma clientela nobiliárquica proveniente tanto do Império como da República, além de destacadas figuras ligadas às novas profissões liberais. Já o Cemitério de São Francisco Xavier, também no bairro do Caju, inaugurado em 1851, possuía uma freguesia bastante diversificada, composta por alguns nomes importantes da vida pública da época e também de profissões liberais, todavia, atraindo em bem maior número segmentos remediados e pobres da população.

O São João Batista e o São Francisco Xavier – este último conhecido também como Cemitério do Caju –, ambos administrados pela Santa Casa da Misericórdia, mantiveram-se mais flexíveis às construções tumulares desvinculadas de motivos religiosos, enquanto os demais, sob a direção de ordens religiosas, imprimiram maior zelo para que fossem mantidos os princípios que orientavam as suas respectivas congregações.

Em vez do modelo anglo-saxônico, conhecido como cemitério-jardim ou *rural cemetery*, no Brasil o esquema do urbanismo funerário seguiu de perto a orientação europeia, repleto de estatuárias e de réplicas em miniatura inspiradas em construções passadas, para o qual o *Père Lachaise* e o *Staglieno* constituíam referências importantes. Dentro dessa linha de intenção e execução, os planos urbanísticos dos primeiros cemitérios brasileiros seguiram os modelos convencionais em voga na Europa, variando de acordo com a topografia em que foram erigidos. Visto no conjunto, o esquema predominante é o do traçado dividido em quadras regulares, entrecortadas por grandes alamedas e pequenas ruas, geralmente centrado por um cruzeiro ou capela de onde parte o eixo monumental ou central. Nesse eixo ou no seu entorno situam-se os mausoléus mais antigos e também os ossuários, em forma de urnas ou de obeliscos, transportados das igrejas para os novos locais de enterramento secularizados.

Com efeito, uma das maneiras de se entender como o processo de secularização interferiu no modo sobre o cuidar dos mortos pode ser visualizada não apenas através das transformações no campo ritual, mas por meio da arquitetura cemiterial, dos sistemas de objetos funerários, dos estilos mortuários, dos modos de sociabilidade e das atitudes dos vivos em relação aos seus mortos. É o que este ensaio se propõe a focalizar.

Luxo e distinção social nos túmulos

[...] o morto mais se inaugura do que morre, e duplamente: ora sua própria estátua, ora seu próprio vivo (Melo Neto, 1986, p. 158).

Por volta da segunda metade do século XIX, as visitas aos cemitérios passaram a ser cada vez mais frequentes e, com elas, o culto aos mortos tornava-se prática familiar, ao mesmo tempo que afetiva e reputada como de boa conduta moral, sendo popularizadas por meio de crônicas e outros gêneros literários, como ilustra a matéria, intitulada *Os cemitérios*, publicada na revista portuguesa *O Panorama*, em dezembro de 1837:

Se nós tivéssemos de escolher um amigo, antes de dar entrada à amizade, iríamos ver se no cemitério os restos de seu pai jaziam esquecidos; e se assim acontecesse, nunca seria junto do nosso coração que bateria o seu. A sepultura é a única memória perene que deixamos na terra, porque um nome ilustre são raros os que o deixam¹.

Tal era a expectativa de reverência e lealdade aos mortos que, muitas vezes, obrigava os familiares a abdicarem de outras formas subjetivas de recordação em prol de testemunhos concretos: as visitas sempre constantes ao cemitério e os cuidados especiais que deveriam ser dispensados aos túmulos. No domínio da criação literária não é difícil perceber essa busca, conforme exprime conhecido personagem de Machado de Assis, no *Memorial de Aires*: “Os mortos param no cemitério, e lá vai ter a afeição dos vivos, com suas flores e recordações. [...] A questão é que virtualmente não se quebre este laço, e a lei da vida não destrua o que foi da vida e da morte” (1959 [1908], p. 1121).

Na mesma intriga romanesca, a cena inicial é bastante sugestiva e esclarecedora sobre o pacto de lealdade entre vivos e mortos e, mais do que isso, de cumplicidade e de continuidade dos laços de família depois da morte. Exatamente transcorrido um ano de sua chegada ao Brasil, o conselheiro Aires, principal narrador e autor do diário, aposentado da vida diplomática na Europa, e com residência no Rio de Janeiro, recebe um bilhete de sua irmã que praticamente o convoca a uma visita ao túmulo da família: “Só agora me lembrou que faz um ano que você voltou da Europa aposentado. Já é tarde para ir ao cemitério de S. João Batista, em visita ao jazigo da família, dar graças pelo seu regresso; irei amanhã, e peço que me espere para ir comigo...” (Assis, 1959 [1908], p. 1029).

Prontamente, na manhã do dia seguinte lá estavam diante do jazigo da família. O que para a irmã ainda era causa de sofrimento, ao recordar o esposo ali enterrado – em companhia do pai e da mãe –, para o irmão, também viúvo, pouco importava transladar os restos mortais da esposa, enterrada em Viena, afinal, a insistência provinha da sua irmã para que toda a família pudesse se reunir em um único jazigo. Para ele, “os mortos ficam bem onde caem”. Mas o que realmente chegara por um instante a mobilizar sua atenção naquela manhã não era a perspectiva de se ver algum dia reintegrado à ordem familiar *post mortem*, nem o afincio

e lealdade de sua irmã para com os seus, mas a obstinação com que esta conservava o jazigo, sem que nenhuma marca aleatória do tempo pudesse nele comprometer a sua aparência de construção sempre nova, sem que nela chegasse a se imprimir qualquer vestígio do tempo, o que o narrador atribuía como importante legado de dignidade e de distinção social:

Não é feio o nosso jazigo; podia ser um pouco mais simples, – a inscrição e uma cruz, mas o que está é bem feito. Achei-o novo demais, isso sim. Rita fá-lo lavar todos os meses, e isto impede que envelheça. Ora, eu creio que um velho túmulo dá melhor impressão do ofício, se tem as negruras do tempo, que tudo consome. O contrário parece sempre da véspera (Assis, 1959 [1908], p. 1030).

Com habitual argúcia, Machado de Assis desenha no panorama ficcional um quadro muito sugestivo daquilo que se convencionou chamar de Segundo Reinado (1840-1889), em que se observa a transição de uma velha sociedade, formada por estamentos, para a sociedade de classes que vai se delinear com maior intensidade no final do último decênio do século XIX².

A partir de situações diversas, alguns de seus personagens refletem de forma exemplar tal ambiguidade, especialmente quando, para granjear estima e respeito, valiam-se da aquisição de títulos de nobreza, pois somente através deles eram geralmente reconhecidos e aceitos. Aqueles que não puderam adquirir-los, e tampouco provinham de uma origem familiar que lhes permitisse evocar um antepassado ilustre, criaram ou reinventaram uma memória genealógica como elemento de legitimação do presente, sobretudo para justificar suas condições de indivíduos bem-sucedidos na escala social, com estilo de vida compatível com o *status* adquirido à época, enriquecidos com atividades do capital financeiro.

Embora o dinheiro andasse *pari passu* com o novo *status* social perseguido pela elite carioca da época, pois tudo se media pelo prestígio da riqueza, mesmo assim não era ainda suficiente para se impor como o único e exclusivo valor que pudesse promover o ingresso do indivíduo no fulgurante mundo da fidalguia. Com o olhar atento sobre a teia das relações e interesses que movia a sociedade fluminense *fin-de-siècle*, em *As bodas de Luís Duarte* Machado observava ironicamente que “a história está bem em todas as famílias”, mas, “[...] nem todas as famílias estão bem na história” (Assis, 1959 [1873], pp. 190-201). Certamente esse teria sido um dos motivos que levava o personagem narrador do *Memorial de Aires* a recriminar a aparência sempre nova do jazigo da família, atribuindo esse fato ao excessivo zelo de sua irmã que, ao fazê-lo lavar a cada mês, causava-lhe sempre a mesma impressão, a de uma construção da véspera. Enfim, para ele, “um velho túmulo dá melhor impressão do ofício, se tem as negruras do tempo...” (Assis, 1959 [1908], p. 1030).

O dilema das “negruras do tempo”, provavelmente, era vivido por muitos dos titulares de túmulos nos cemitérios do Rio e, por isso, a aspiração pela inscrição genealógica como reconhecimento público de um *status* social. A depender do caso, muitas vezes fazia-se *tabula rasa* da própria origem social, recriando por meio da inscrição funerária uma nova narrativa pessoal e, na medida do possível, também familiar.

O conjunto de dados onomásticos reunidos nas lápides repetidas vezes apelava à banalizada árvore genealógica, servindo tanto para avigorar as relações de parentesco quanto rememorar o grau de prestígio social de uma determinada família. No entanto, não se deve esquecer que toda memória genealógica irrompe à medida de sua própria conveniência, podendo também revelar-se através de outras interfaces, como lapsos, esquecimentos, restrições, seletividade. Afinal, não se recorda senão daqueles por que se tem interesse, pois, entre os antepassados há sempre o fascínio em se escolher aquele com quem se deseja identificar e, volta e meia, tal escolha é determinada pelo prestígio de um nome.

O lugar dos antepassados na cadeia genealógica, por motivos óbvios, sempre ocupou um papel importante entre a aristocracia francesa, enquanto para os segmentos burgueses o exercício genealógico, em muitos casos, não possuía nenhum interesse ou uma ação efetivamente prática. Mesmo assim, algumas famílias burguesas dos séculos XVII e XVIII buscaram reconstituir ou, de certo modo, reinventar suas raízes genealógicas, manipulando suas origens conforme seus propósitos e necessidades, com o intuito de criar novas identidades em razão do novo *status* socioeconômico adquirido. Para isso, preferiram realçar supostos sinais nobiliários do que exibirem o dinheiro como valor conquistado pelo esforço do trabalho – já que este último tornara-se apanágio da burguesia da época (Burguiere, 1991).

A depender das circunstâncias, os parentes vivos geralmente buscavam se reconhecer nos túmulos enquanto produto de uma filiação, inscritos numa cadeia de gerações, portadores que eram de um mesmo nome de família. Assim, tendiam a considerar o patronímico como um patrimônio simbólico, aquele que efetivamente era capaz de unir os vivos e os mortos do mesmo grupo de filiação, assegurando a continuidade de uns pelos outros.

O gosto pelo túmulo de família passava a ser uma importante referência para as elites cariocas urbanas, que logo se adaptaram aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais públicos, bem como de suas lógicas de enterramento³. Depois de alguns anos de inaugurados, os cemitérios do Rio passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo que suas construções tumulares eram capazes de exibir. Cada um a seu modo tentou atrair para suas quadras de sepultamento as camadas mais afortunadas ligadas ao patronímico de velhas famílias que gozavam de prerrogativas econômicas e políticas decorrentes do comércio, da produção escravista, do latifúndio e de cargos importantes no poder público. Anos mais tarde, seria a vez das novas fortunas, procedentes do capital financeiro especulativo, da indústria, de profissões liberais, assim como de outros setores das camadas urbanas que surgiam nas principais capitais do país⁴.

Em alguns centros urbanos europeus, como em Lisboa, chegou-se até mesmo a publicar periódicos especializados sobre os cemitérios e seus túmulos, como foi o caso da *Revista dos Monumentos Sepulcrais*, em 1868, cujo projeto editorial reunia crônicas sobre os cemitérios, genealogias familiares, anúncios de falecimento, de transladações, convites para missas, agradecimentos, transcrições de epitáfios, poesias sobre a morte, anúncios de marmorarias,

de estúdios fotográficos, de venda e repasse de túmulos, estatísticas de enterramentos etc. Além disso, uma parte iconográfica da revista era dedicada à estampa de túmulos e nomes dos respectivos proprietários, acompanhado de descrição e origem artística do mobiliário funerário⁵.

Na evocação memorial dos antepassados estava também previsto o ritual de recolhimento e lágrimas no interior dos túmulos, em suas capelas, assim como a deposição renovada de flores como testemunho de apreço e lealdade à pessoa do morto, o que já observava o principal narrador do *Memorial de Aires*, ao espriar a vista no velho túmulo de um amigo, em visita ao São João Batista:

Túmulo grave e bonito, bem conservado, com dous vasos de flores naturais, não ali plantados, mas colhidos e trazidas naquela mesma manhã. Esta circunstância fêz-me crer que as flores seriam da própria Fidélia, e um coveiro que vinha chegando respondeu à minha pergunta: “São de uma senhora que aí as traz de vez em quando...” (Assis, 1959 [1908], p. 1115-1116).

Cenários mortuários

[...] se vê uma Constantinopla complicada com barroco, gótico e cenário de ópera. É o cemitério. (Melo Neto, 1986, p. 153).

Por essa altura, a assimilação dos artefatos tumulares ao gosto estrangeiro se fazia sentir fortemente nos cemitérios do Rio, mesmo que os modelos estéticos adotados já não mais correspondessem aos cânones da arte funerária em voga na Europa.

Além do repertório escatológico e macabro, repletos de *memento mori* sobre os túmulos, o sagrado e o religioso ainda eram presenças dominantes na cenografia cemiterial brasileira, não oferecendo por enquanto grandes inovações⁶. Isso só foi superado no início do século XX, quando a morfologia tumular e suas alegorias começaram a adquirir uma dimensão mais laicizada, inclusive com especial ênfase nas figuras femininas⁷. É interessante notar que na *belle époque* tropical e tardia, os anjos, fiéis guardiões dos túmulos, passaram a ser representados de forma mais humana, adquirindo maior volume sob o pretexto de realçar as curvas do corpo feminino⁸.

Mediadores entre o céu e a terra, os anjos e os arcanjos adultos ocuparam posição privilegiada na decoração tumular. Suas fisionomias se alteravam em função do estado de tristeza ou de alegria que se pretendia comunicar: ora anunciadores, ora tomados pelo êxtase, de alma exultante; ora repletos de esperança, de alma liberta; ora abatidos pela desolação, e outras intermitências da alma romântica. A expressividade era também realçada pelo movimento de suas asas: em repouso, fechadas, inclinadas, semiabertas, prestes a alçar vôo.

Várias são as figuras femininas transmutadas em anjos, contudo, sem perderem a sensualidade, implicitamente sugerida ou visivelmente realçada. A metamorfose da figura

do anjo em mulher foi outra característica da arte funerária desse período. Uma das formas mais convencionais nesse gênero de representação é a figura feminina que pranteia o cônjuge desaparecido. Mulheres inclinadas, ajoelhadas, desmaiadas, em estado de plangência melancólica em que são realçados os aspectos dramáticos: mãos contorcidas ou ligeiramente pendentes no ar, pés desnudos, cabelos desgrehados ou esparramados sobre o túmulo, o baixo corporal lânguido ou corpulento, seios volumosos ou ligeiramente delineados.

Outra variação sobre o mesmo tema é a saudade, representada também por figuras femininas. Com semblantes contemplativos, geralmente oscilam entre o entristecimento profundo, próprio da desesperança de quem não crê no retorno daquele que se foi, e a serenidade de quem deposita na morte a convicção de uma espera ou passagem. Nesses gêneros alegóricos, as figuras femininas podem ocupar posições variadas, dependendo do sentimento que se deseja comunicar sobre a pessoa do morto. Ora aparecem ajoelhadas sobre os túmulos, a colher dados sobre a vida do falecido para, em seguida, anotar sobre uma lápide ou estela, ora se apresentam apoiadas sobre uma coluna partida ou ruína, ora abraçadas a uma cruz.

Versão semelhante, conhecida como desolação, é em geral representada por figuras femininas introspectivas, em estado de meditação, a cabeça ligeiramente inclinada para baixo, insinuando o gesto do caminhar. Em outras situações, genuflexas, apoiando os braços sobre a urna do morto a quem devotavam sua aflição.

Oposta à atmosfera melancólica, a alegoria da esperança pode ser reconhecida por meio de figuras de mulher, algumas delas metamorfoseadas em anjos, sustentando uma âncora, símbolo cristão da esperança. Muito próxima e com pequenas modificações, a Ressurreição é representada também por figura feminina, geralmente em forma de anjo, com uma estrela presa à fronte e a mão direita estendida em direção ao infinito, como símbolo da vida eterna. Na outra mão, estendida para baixo, indicativo da vida terrena, segura um objeto que pode variar desde uma simples coroa de flores, um pergaminho ancestral até uma trombeta, instrumento que para os católicos assume o significado de chamar os mortos à ressurreição no dia do Juízo Final.

Tanto a decoração funerária quanto a estatuária geralmente provinham de marmorarias especializadas, particularmente de suas oficinas de cantaria, que no final do século XIX se expandiram e conquistaram mercado rentável nas principais cidades brasileiras⁹. De regra, as oficinas mais reputadas concentravam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, especialmente nesta última cidade, em razão da forte presença do fluxo imigratório italiano (Borges, 2002). As peças eram escolhidas através de catálogos, especialmente quando se tratava das alegorias de anjos, de figuras femininas, de iconografia religiosa ou de elementos decorativos (coroas de flores, piras, ânforas, cornucópias, ampulhetas, baixo relevo de brasões, placas em alto e baixo relevo com temas míticos, arabescos, cruzeiros, colunas, obeliscos etc.). Muitas delas eram cópias ou reinterpretações de alguns modelos já consagrados no Staglieno, no Monumental de Milão, no Père-Lachaise, no Central de Viena, entre outros.

Devido à frequência com que alguns temas reaparecem, embora divergindo na qualidade do entalhe, não é difícil inferir que a maioria dos artefatos funerários fosse feita em série, exceto quando se tratava de uma peça assinada por algum mestre de cantaria, ou mesmo por algum escultor de renome, o que se tornaria mais usual a partir do início do século XX.

Os elementos decorativos eram os mais reproduzidos em escala comercial, provavelmente devido à sua versatilidade, prestando-se com bastante plasticidade para comporem e realçarem a arquitetura tumular. Assim, placas em alto-relevo eram fixadas sobre as superfícies dos túmulos, nos obeliscos ou nos frontispícios das capelas funerárias, outras serviam como revestimento de fachada principal. As pequenas e grandes urnas, combinatórias de elementos que se alternavam em forma de detalhes e encaixes decorativos, eram colocadas em destaque sobre as bases escalonadas dos túmulos ou encimando colunas.

Mas nem tudo se resumia à escolha de catálogos. Havia também aqueles que encomendavam estátuas e bustos para decorarem os túmulos, inclusive mandando-os buscar na Europa. O emprego da decoração tumular e da escultura constituía um significativo índice de diferenciação do gosto entre os mais e os menos afortunados. As famílias mais abastadas procuraram imprimir em seus túmulos um caráter mais individualizado. Quando não importavam capelas funerárias, transportadas em navios, para serem aqui montadas, encomendavam peças estatutárias não aos mestres de cantaria das oficinas locais, mas a escultores de projeção na época, podendo ser nacionais ou estrangeiros.

No início do século XX, tal preferência se impôs com mais frequência em alguns cemitérios do Rio e de São Paulo. Muitas peças começavam a ser esculpidas em bronze, pois o interesse pela pedra de mármore foi pouco a pouco sendo relegado, substituído pelo granito enquanto material de revestimento e o bronze como material escultórico.

Piquenique, romaria cívica e passeios domingueiros nos cemitérios

Como era edificante aquele lúgubre espetáculo!
(Moraes Filho, 2002, p. 83).

O quadro de urbanidade que se delineava nos cemitérios, seguindo à risca o calendário dos vivos, evidenciava-se com maior intensidade durante as datas de aniversário, de falecimento e dia consagrado aos mortos, espelhando os novos valores e *modus vivendi* da sociedade fluminense da época.

Provavelmente por ser o Rio de Janeiro a capital do país e, portanto, o centro de articulação do poder e das decisões políticas, teve o privilégio de abrigar o maior número de cemitérios, quando comparado a outros centros urbanos¹⁰, ainda mais quando se sabe que outras cidades do país não passavam de vilas provincianas, inclusive São Paulo, que por volta de 1900 contava com 239.820 habitantes¹¹. Isto não quer dizer, todavia, que em outras capitais os cemitérios não constituíssem prioridades no processo de modernização e de

transformação da malha urbana, reflexo evidente das políticas de salubridade que foram amplamente adotadas e difundidas na segunda metade do século XIX.

Mas a efervescente sociabilidade nos cemitérios, por muitos considerados como espaços cívicos (Lemos, 1893), ocorria também em outros centros urbanos do país, o que se tornara motivo de inspiração para escritores de sensibilidades diversas¹². Entre outros exemplos, Artur Azevedo publicava em 1877 o opúsculo intitulado, *O Dia de Finados*, peça satírica que narra a visita a um cemitério, provavelmente o Catumbi, repleta de cenas insólitas, descritas de forma irônica e irreverente. Em uma delas, os visitantes aproveitam a ocasião para o divertido convescote, com muita comida e bebida alcoólica, sem prescindir de encontros amorosos, risos e algazarra. Em uma outra cena, o foco narrativo dirige-se ao caráter postiço e repleto de francesismo nos cemitérios do Rio:

Contemplo os mausoleus e me suponho em França! Naquela sepultura um brasileiro dorme. Um moço que à sua língua a de Rousseau prefere, na fita de outra corôa exclama: *A mon bon père*. E quando em português são feitos os letreiros, bem mostram proceder das mãos dos estrangeiros, por isso muito pai publica pela filha saudade com C, lembrança sem cedilha (Azevedo, 1877, p. 4)¹³.

Percepção parecida era também a de Olavo Bilac. Em suas *Notas Diárias*, por meio de personagem feminino, o poeta e cronista carioca exprimia com ímpeto a atmosfera de intenso mundanismo e de muito pouco recolhimento durante o dia consagrado aos mortos em cemitérios fluminenses:

É hoje o dia dos mortos... Naturalmente, tu também irás a um cemitério qualquer... [...] Irás ao cemitério, amada minha, por causa dos vivos; irás à romaria fúnebre como foste ao teu último pic-nic, –para ver gente e para a essa gente mostrar os teus grandes olhos claros, igualmente formosos entre as luzes do Lyrico, entre as vitrines da rua do Ouvidor e entre os chorões de S. João Batista ou do Caju. Apenas não te vestirás de sedas claras: entre os mausoléus carregados de flores e de círios acesos, passarás vestida de negro, – e isso porque, emoldurada pelo negror do luto, a tua pele branca parece ainda mais branca... [...] É moda lembrar-se a gente dos mortos no dia de hoje... [...] Eu, por mim, não tenho necessidade de ir ao cemitério para me lembrar dos meus mortos. Tenho-os aqui, fechados comigo, deitados todos no meu coração, como numa triste vala comum. Sozinho, enquanto lá fora o povo borbórinhar nas alamedas de S. João, do Caju e do Carmo, na faina de visitar aqueles que já não fazem caso da terra, mergulharei o olhar dentro do coração onde andaste matando esperanças... [...] Vai, amada minha! Haverá tanta gente hoje nos cemitérios!... tantos olhos de vivos te verão, pálida e risonha, dentro da moldura do vestuário negro!... [...] vai visitar os mortos para regalo dos vivos! (Bilac, 1904, pp. 350-352).

Em algumas ocasiões, como nas visitas aos cemitérios, nos enterros, e no dia consagrado aos mortos, alguns escritores insistiam em descrever determinados comportamentos com certa ironia e ceticismo, retratados mais como resultado de interesses e veleidades pessoais do que demonstração inequívoca de crenças e sentimentos, o que, de certo modo, já refletia o clima de laicização no trato da morte e dos cemitérios. Chama a atenção para isso Machado

de Assis ao narrar uma situação na qual um de seus personagens, ao voltar das exéquias de um velho amigo, no ano de 1864, comentava bem impressionado a posição econômica dos que seguravam a alça do féretro, exclamando com vivo entusiasmo: “pegavam no caixão três mil contos!” (Assis, 1959 [1883], p. 423).

Convém notar que no final da segunda metade do século XIX, com o crescente processo de laicização, o cerimonial fúnebre cada vez mais era confiado às famílias, em nada impedindo contudo a presença eclesiástica, quando se tratava de católicos mais fervorosos. Como observou Michel Vovelle, o desaparecimento das cláusulas piedosas, dispositivo em que os católicos testemunhavam sua fé, instruindo sobre as providências a serem tomadas depois da morte – e consignadas em testamentos escritos –, cedião lugar aos interesses materiais, legados à família do falecido, lavrados em cartórios, e, com isso, reduzindo os gastos com o aparato do ritual funerário (Vovelle, 1988, p. 243). Por outro lado, a depender da posição e prestígio da família do morto, o enterro civil ou religioso poderia ser celebrado com cerimonial opulência, orientados por outros códigos da etiqueta fúnebre não necessariamente religiosos¹⁴. Mas, nesses casos, a decisão de ter uma exéquia à altura do que representava o morto dependia unicamente da família, isto é, de interesses e vontades dos filhos, da esposa ou do esposo, pois o desejo do defunto deixava de ser imperativo da regra testamentária.

Como na cidade dos vivos, cuja face mais visível se revelava através da renovação do tecido urbano, com o alargamento de ruas, edificação de praças, de monumentos, de prédios públicos e de imponentes palacetes privados, os cemitérios tornavam-se igualmente cenários privilegiados, nos quais deveria se desenrolar o grande espetáculo do último destino (Gledson e Menezes, 1999). Além de cenários mortuários e de memória, no entanto, os cemitérios haviam também se transformado em lugares de poder e de prestígio em que os vivos, muitas vezes, se compraziam em exibir as luxuosas vivendas mortuárias, construídas especialmente para os parentes desaparecidos, sobre as quais opinava Arthur de Azevedo: “Em vez de um cemitério um álbum de retratos” (1877, p. 5). Talvez por isso não tardasse para que os novos equipamentos mortuários se convertessem em atrativos de visita, especialmente das camadas populares, que aos domingos e feriados dedicavam parte de seu tempo livre a percorrer entre ruas e alamedas as novidades que os túmulos exibiam¹⁵.

No entanto, era nos dias de finados que os cemitérios cariocas e de outras redondezas do país recebiam maior afluência. Alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro, notadamente no início do século XX, ocupavam-se com regularidade, nesse dia e no dia seguinte, em descrever o enorme burburinho que por lá se instaurava, com especial ênfase em alguns túmulos de ilustres proprietários, ressaltando o apuro da decoração, o cuidado e apreço de parentes e amigos para com os seus desaparecidos¹⁶. Além disso, destacava o gosto pela romaria cívica, que por essa época começava a se impor como uma prática corrente nos cemitérios, especialmente em datas cívicas, como o 1º de Maio, a exemplo também de outras

comemorativas, como o dia consagrado aos mortos, rendendo-lhes homenagens e, assim, restituindo vida política aos cadáveres¹⁷.

No S. Francisco Xavier, cemitério do Caju, como é mais conhecido, os operários das fábricas de gás, prestando homenagem ao engenheiro Cornélio W. Suetienbrand, organizaram um préstito cívico que partindo a pé da praça da República, precedido da Banda de Música do 10º Batalhão de Infantaria do Exército, chegou às 10 horas da manhã. Em um andor se viam as bandeiras brasileira, francesa e holandesa, quatro operários levavam uma riquíssima corôa com retrato do saudoso engenheiro e que foi depositada no seu túmulo que tem o nº 107 do quadro dos protestantes e onde já havia sido depositada outra grinalda de *biscuit*. Em nome da Comissão de Operários falou nesse ato o Sr. Francisco Serpa, sendo o seu discurso correspondido pelo Sr. Consul da Holanda, o Sr. Gregório Mendes Barroso, em uma saudação em nome dos empregados da Companhia de Gás (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Ainda no primeiro decênio do século XX, João do Rio, a seu modo, também confirmava a nova tendência do cemitério como um lugar de sociabilidade e lazer: espelho em que os vivos se reconheciam nos mortos, refletidos “no grande livro impresso dos epitáfios”. Referindo-se às inscrições tumulares, complementava o cronista carioca:

“Ah! Como eles dizem bem o que são os vivos”¹⁸, como são capazes de revelar suas vaidades, ao mandarem gravar no mármore de seus desaparecidos seus próprios desejos e fantasias: crenças, opiniões, sentenças, reclamos, chistes, lendas espíritas, católicas, positivistas, etc. – muitas vezes, sob o pretexto de afirmar a “passageira saudade que só assim dura um pouco mais” (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Seguindo esse desenho de contrastes e de duplos reflexos, as inscrições lapidares, em muitos casos, traduziam também o desejo do vivo em assegurar seu lugar cativo na terra, mas sempre em posição de destaque, ou, por certo, afirmar a sua própria presença como pessoa, mesmo depois de morto, para ser lido e lembrado por alguém:

vendo epitáfios, eu sinto grande frio e um grande medo quando passo por entre as tumbas, sem nome, esquecidas, anônimas, esticando apenas para a gente um número que é um apelo de grilheta do esquecimento ao prazer de continuar a afirmar pelo menos num epitáfio a passagem por cima da terra (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Os mortos no espelho dos vivos

O epitáfio diz tudo (Assis, 1959[1883], p. 428)

Alinhados com os novos padrões de conduta moral e com o acelerado ritmo de transformação das cidades, os ritos fúnebres, compreendendo os velórios, os enterros e os cortejos, a depender de cada caso, passavam não apenas a fazer parte de sequências rituais fundamentais para elaboração do luto, como também constituíam indicativos importantes para a definição do grau de prestígio do morto e, por extensão, das relações sociais, políticas e econômicas de sua parentela.

Quando se tratava de nomes importantes, ligados à vida pública do país, ou às atividades políticas e humanísticas reconhecidas, os preparativos do velório e funeral recebiam, algumas vezes, cuidados redobrados. A preocupação com os detalhes da aparência do cadáver e a decoração do evento não deveriam passar despercebidos. As indumentárias desempenhavam um importante papel na dramaturgia funerária dessa época, transformando-se em inscrições sociais e códigos de etiqueta imprescindíveis. Para os católicos, a missa celebrada no sétimo dia após o falecimento e repetida nos meses seguintes tornava-se também fato social concorrido, ocasião em que se costumavam reforçar as condolências, aproveitando os familiares para distribuírem prendas de recordação do falecido, em forma de “santinhos”.

As regras do luto não eram necessariamente medidas pela afeição que se testemunhava ao defunto, mas pelo grau de parentesco a que se estava ligado (Taylor, 1982; Cunnington, 1972). Por isso, o luto mais pesado, mais longo, era reservado às viúvas, com duração de dois anos, sendo o primeiro de grande rigor, com uso da cor negra obrigatória, e o segundo, um pouco mais aliviado. De acordo com a proximidade ou distância dos laços, a elaboração do luto exigia períodos mais prolongados, outros médios e outros mais curtos, a serem regulados por determinados códigos da etiqueta funerária, geralmente divulgados nos *manuals de civilidade*. O uso da cor negra, o terno, a gravata e o chapéu para os homens; e para as mulheres, a mantilha ou chorões, sendo as joias interditas, permitindo-se todavia adereços adequados para a ocasião. Já para os jovens, era aconselhado o uso da faixa negra na lapela ou no braço direito¹⁹.

O cortejo até o túmulo mobilizava a atenção popular urbana, em alguns casos promovendo o morto a “herói cívico” da nação, e quando isso ocorria, cumpria-se a função pedagógica de fixar uma memória coletiva, valor que os positivistas tanto almejavam²⁰.

O prestígio do morto não somente se avaliava pela grandeza dos túmulos, pelas nobres formas de nominação, pelos patronímicos transmitidos através de gerações ou pelas eventuais curiosidades contidas nos epitáfios, media-se também pelo número de pessoas que reunia no enterro civil ou religioso e, mais ainda, pelo grau de importância que elas ocupavam na vida social e política do país. Aspecto que à época, certamente, teria motivado o escritor carioca, Lima Barreto, a escrever de forma irônica, no conto intitulado *Carta de um Defunto Rico*, que:

o meu propósito era dizer a vocês que o enterro esteve lindo. Eu posso dizer isso sem vaidade, porque o prazer dele, de sua magnificência, do seu luxo, não é propriamente meu, mas de vocês; e não há mal algum que um vivente tenha um naco de vaidade, mesmo quando é presidente de alguma coisa ou imortal da Academia de Letras. Enterro e demais cerimônias fúnebres não interessam ao defunto; elas são feitas por pessoas vivas e para vivos (Barreto, 1956 [1922], p. 287).

Curiosamente, o desejo póstumo desse escritor parecia contradizer alguns princípios por ele próprio apregoados em vida, sobretudo ele que fora um aguerrido crítico da burguesia carioca de sua época, um dos primeiros a perceber o processo de estratificação

social urbano, por meio da expulsão dos pobres do centro para os subúrbios e morros, sob a égide da grande reforma urbana empreendida por Pereira Passos, com forte inspiração haussmaniana (Brenna, 1985).

Apesar de tudo, Lima Barreto preferiu o São João Batista ao cemitério pobre de Inhaúma, no subúrbio em que residiu, viveu e morreu, visualizando-o sem nenhum atrativo, “sem aquele ar de recolhimento e resignada tristeza, de imponderável poesia do Além” – o que prontamente havia identificado no São João Batista:

Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa, os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em coche-automóvel. A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantém esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos (Barreto, 1956 [1922], pp. 287-292).

O São João Batista situava-se em bairro de gente rica que ele tanto havia criticado, mas, ironicamente, fora ali onde quis ser enterrado. É verdade, morrera cedo, mesmo para a época, aos 43 anos, depois de uma vida de insucessos e de internamentos frequentes para desintoxicação. Conforme descreve Enéas Ferraz, no dia 1º de novembro de 1922, durante o seu velório fizeram-se presentes apenas alguns poucos amigos, gente da redondeza, que se revezava diante do caixão pobre na acanhada sala da casa. No dia seguinte, realizou-se o escanifrado acompanhamento até a estação ferroviária que o levaria à Central e, logo depois, ao seu último destino, o vistoso São João Batista:

À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas, ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, à porta dos botequins, surgia, a cada momento, toda a “foule” anônima e vária que se ia incorporando atrás do caixão, silenciosamente. Eram pretos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando, com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas. (...) Posto o caixão em um carro fúnebre de 3ª classe, dois ou três ramos de flores aos cantos, e o carro partia, seguido do seu pequeno cortejo, a caminho de S. João Batista, onde Lima Barreto queria ter a sua cova, que foi toda a sua vaidade. Nunca viveu entre os bairros aristocráticos, nem nunca foi recebido nos seus salões, mas quis dormir o seu sono imortal no cemitério de tão belos mármore, entre a fidalgia triste dos altos ciprestes. E é lá justamente, junto à encosta da montanha, que ele repousa (Ferraz, 1922, p. 4).

A depender da importância do morto, o velório e o enterro tornavam-se atrativos de grande interesse público. Mas, o que não se viu na morte de Lima Barreto, acontecera alguns anos antes com o seu homólogo, Machado de Assis. De fato, este chegara a conhecer a glória ainda em vida e quando na madrugada do dia 29 de setembro de 1908 veio a falecer em sua confortável residência do Cosme Velho já era considerado uma instituição nacional. Seu

corpo foi transladado para a sede da Academia Brasileira de Letras, fundada por ele, aonde personalidades públicas acorreram imediatamente. O funeral-espetáculo, encomendado pelo barão do Rio Branco, seguiu em préstito concorrido pelas principais ruas do centro, repletas de gente, embora grande parte dela não soubesse e nem compreendesse exatamente do que se tratava. Foi sepultado com pompas em túmulo individual no São João Batista, com a presença de destacados nomes do governo, políticos, associações científicas, do comércio, estudantes, assim como outros segmentos importantes da população, inclusive Rui Barbosa, a quem fora confiado o elogio fúnebre (Matos, 1939).

Provavelmente, Machado de Assis e Lima Barreto nunca se avistaram em vida. Exceto o Cosme Velho, bairro em que residiu e morreu, Machado frequentava as ruas principais do Centro do Rio, incluindo em seu percurso seletivo e diário a Academia, a Garnier, os Ministérios e, em dias especiais, a Ópera. Lima Barreto frequentava apenas o subúrbio pobre em que residia e as tabernas de má reputação. Depois de mortos, finalmente, se encontravam pela primeira vez na nobre vizinhança do São João Batista, embora continuassem separados, como em vida. Enquanto um havia comprado jazigo bem situado, em área aristocrática e central do cemitério, onde todos viam e reverenciavam, o outro fora enterrado em campa, na parte mais recôndita e elevada da encosta, juntamente na companhia de outras catacumbas modestas, atualmente mais próxima à favela do entorno.

Mas a continuidade da cidade, como queriam os adeptos do positivismo, fazia-se por meio da reprodução de memórias familiares, de reverências a heróis e “homens ilustres”, num encadeamento contínuo de gerações, cujo inexorável destino seria o túmulo. Era ali onde os indivíduos deveriam se reconhecer, pois eram os mortos que lhes inscreviam em linhagens ao longo do tempo. Tal reclamo não passava despercebido aos olhos dos leitores no dia de finados, como comprova a nota publicada na seção *24 horas* da *Gazeta de Notícias*:

Cada vez, dizem os positivistas, os vivos são mais governados pelos mortos. Cada vez, efetivamente, a nossa dívida com o passado é mais pesada. Cada vez, os homens que aparecem estão ligados a um número maior de gerações e todos os organismos se ressentem das experiências das anteriores, feitas através dos séculos inumeráveis... (*Gazeta de Notícias*, 2/11/1903).

Por isso é que segmentos das elites urbanas deveriam buscar no passado a legitimação do presente, a criar liames que permitissem reconstituir, reunir e, ao mesmo tempo, eternizar a memória de seus antepassados (Dechaux, 1997). E não é por coincidência que nessa época os túmulos de família, sob a forma de casas ou de capelas, já haviam conquistado os cemitérios cariocas, obrigando muitas vezes o indivíduo a abdicar de sua própria expressão de individualidade, como perseguiram os românticos, para se integrar ao grupo familiar, sob o pretexto de solidariedade e coesão, tendo como ancoragem principal o patronímico gravado com destaque no frontispício do jazigo, pois, não era mais a alma que é indestrutível, porém, a família, o sobrenome (Ragon, 1981, p. 102).

Notas

1 - "Os cemitérios". In: *O Panorama*, v.1, 1837, p. 269.

2 - Ver estudo de Faoro (1976), em que o autor analisa sob a perspectiva sociológica, de inspiração weberiana, a reconstrução histórica e social do Segundo Reinado, a partir da ficção machadiana face à emergência da sociedade de classes que ia pouco a pouco substituindo os antigos valores cultuados pelos estamentos.

3 - Tornou-se lugar-comum na historiografia sobre a morte, os mortos e seus rituais no Brasil do século XIX a ênfase no processo de urbanização e de civilidade que conheceram as principais capitais da época. Como era de se esperar, as políticas de salubridade, tal como ocorreu na Europa, impulsionaram a construção dos primeiros cemitérios brasileiros. Em alguns centros urbanos irromperam movimentos de resistência, a exemplo do que ocorreu em Salvador, em 1836. Tratava-se de movimento liderado por confrarias religiosas contra a proibição dos sepultamentos nas igrejas (Reis, 1991).

4 - Como sugere, Valladares (1972), enquanto o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, no bairro do Catumbi, inaugurado em 1850, tornara-se o lugar predileto para o sepultamento da elite nobiliárquica do Império, com seus marqueses, condes, barões, conselheiros, comandadores, tenentes-coronéis e outros titulares da guarda nacional, além de proprietários de terras e de escravos, o Cemitério de São João Batista, construído em 1852, no bairro de Botafogo, ocupou esse papel durante a República, acolhendo figuras importantes da vida pública do país: políticos, chefes de estado, banqueiros, prósperos comerciantes, humanistas, altas patentes militares, bem como segmentos da nova burguesia endinheirada e ascensionária da época.

5 - *Revista dos Monumentos Sepulchraes* (1868). Sobre os cemitérios de Lisboa, ver Catroga (1999).

6 - No momento inaugural dos cemitérios, a partir de 1870, as representações escatológicas mais recorrentes eram crânios e tíbias cruzadas, foices, ampuhetas aladas, serpentes, corujas e morcegos, assim como outros signos de classificação menos evidente. A produção funerária, no período entre 1889 e 1902, "é massificada, de modo geral sem qualidade artística, com poucas exceções, e os antigos signos, quando aparecem, repetem velhas fórmulas já desgastadas, com expressões surradas, sugerindo o trabalho de artesãos marmoristas pouco criativo, que não foram capazes ou não tiveram motivação suficiente para renovar seu repertório. (...) O *leitmotiv* da arquitetura tumular desse período de transição parece conter, em um mesmo e único signo, alguns dos princípios fundamentais pregados pelo movimento positivista, em plena efervescência nesse período. O fraternalismo, a crença na unidade fundamental da espécie humana, a solidariedade

social e a irmanação das classes (a cruz que iguala indistintamente os mortos), a admiração e o fervor pela natureza expressos na concepção do "bosque sagrado", imprescindível ao culto positivista (os galhos), o cientismo, o gosto pela leitura e pelo estudo, o progresso através da educação (o livro aberto, o pergaminho/diploma) sugerem a impregnação, também do estado funerário, pelo estado de espírito positivista que tomou conta da sociedade ao final do século" (Lima, 1994, pp. 106-107).

7 - Em alguns cemitérios europeus, coincidindo com o apogeu da chamada *Belle Époque*, a arte funerária conheceu um período bastante criativo, dando vazão às fantasias românticas profanas, fortemente erotizadas, seja através da figura de anjos feminilizados, seja por meio da própria representação do corpo feminino que, a partir de então, tornou-se onipresente em diferentes formas alegóricas tumulares. Vale acrescentar, todavia, que os anjos praticamente desaparecem dos cemitérios europeus na primeira metade do século XIX, somente retornando com força expressiva no final do mesmo século e início do século XX, o que coincide com o gosto nos cemitérios brasileiros (Vovelle e Bertrand, 1983, p. 134).

8 - Algumas das primeiras versões, talvez as mais bem acabadas, se encontram nos cemitérios de São João Batista, no Rio, e no da Consolação, de São Paulo, provavelmente por terem permitido maior liberdade de expressão em relação ao uso de signos e formas artísticas, isto nem sempre coincidindo com os dogmas da moral cristã.

9 - As origens dessas manufaturas encontram-se ainda hoje, e na sua maior parte, gravadas em muitos túmulos, permitindo se identificar a procedência.

10 - Em 1870, o Rio de Janeiro, segundo o censo da época, contava com uma população de 235.291 habitantes. Em 1872, 274.952 habitantes. Em 1890, 522.651 e, em 1906, com 805.335 habitantes (Abreu, 1987). O viajante Carl Von Koseritz (1980, p. 35), por volta de 1883, fazia trocadilho muito significativo que definia muito bem a preeminência dessa cidade face aos demais centros urbanos do país: "O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro. Quem quiser aprender a maneira por que o Brasil é governado e os negócios públicos conduzidos, não tem mais que passear algumas horas por dia na rua do Ouvidor".

11 - De acordo com os dados estatísticos, São Paulo contava no ano de 1872 com 31.000 habitantes, em 1886 com 47.697, em 1890 com 64.934 (Azevedo, 1958, II, p. 169).

12 - Por exemplo, sobre a sociabilidade em Fortaleza, ver Batista (2002).

13 - Em outra cena refere-se à feérica rua do Ouvidor: "Os ricos mausoléus, pejados de arrebiques, são

pandegos, gentis, embonecados, chiques! Têm vasos de cristal, corões de vidrilhos que, antes de enfeitar os túmulos casquilhos, consolações pueris a colossais desgraças, da rua do Ouvidor adornam as vitraças, expostas ao olhar onde o desdem se estampa de quem talvez a tenha um dia sobre a campa” (idem, p. 3).

14 - Sobre o assunto é interessante consultar a análise realizada por Rodrigues (2005, pp. 199-233) sobre a polêmica criada pelo funeral civil de Tavares Bastos, no Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1876, definidos por setores católicos da imprensa escrita da época como uma “solenidade pagã”.

15 - Sobre as visitas aos cemitérios nos domingos e dias feriados, ver os artigos de João do Rio, publicados na *Gazeta de Notícias*: “O papa defunto”, 12/06/1907; “Velórios e enterros”, 10/11/1908; “Dia de Finados”, 08/11/1908; “Reflexões sobre o dia de Finados”, 02/11/1914. Além disso, é interessante consultar alguns jornais do final do século XIX e início do século XX, especialmente nos dias consagrados aos mortos, a exemplo de: *O Paiz* (1884-1920); *Jornal do Commercio* (1891-1920). Ver também a matéria “Os cemitérios do Rio” publicada na *Revista Kosmos*, que assinala: “O cemitério de Catumbi, apesar da pobreza do bairro em que estão seus muros, é a morada última da maior parte dos banqueiros e poderosos negociantes dessa praça. (...) Nesse campo santo repousam no sono eterno muitos homens que dormiram sobre almofadas de seda e em trabalhados leitos de preciosas madeiras, homens que possuíam tesouros e tiveram ao alcance das mãos todos os gostos da vida (...). O São João Batista, como cemitério público, que o é, tem a frequência de romeiros de todas as classes, mas sua feição guarda um certo tom de boas maneiras ou, melhor, tem a expressão característica do bairro. O cemitério verdadeiramente popular, o que recebe de ano em ano, a romaria de maior número de pessoas do povo, é o de São Francisco Xavier, vulgarmente denominado o *Cajú*. Posto que assim sendo, ali repousam os restos mortais de muitos ricos e de notáveis brasileiros. (...) As duas necrópoles que antecedem o *Cajú*, a de S. Francisco da Penitência e de Nossa Senhora do Carmo têm menor frequência por serem de irmãos de suas ordens, mas, em ambas, encontram-se ricos mausoléus, alguns de fino gosto artístico” (*Revista Kosmos*, 1905).

16 - Sob o título *O Dia dos Mortos*, a *Gazeta de Notícias*, no dia 2/11/1903, publicava matéria que resumia o dia de finados nos principais cemitérios do Rio, descrevendo com detalhes alguns de seus importantes túmulos, a exemplo: “Cemitério de S. Francisco de Paula: entre os túmulos antigos, os que mais sobressaíam eram a capela do marechal José Simeão de Oliveira, onde será realizada hoje uma missa, à 9 horas, por determinação de sua viúva; as do Visconde de Guaratiba, de Luciano Leite Ribeiro, do Barão de Mauá, do Conde da Estrela e da Família

Agra (...) O túmulo do Barão de Araujo Ferraz estava coberto de flores e ricas grinaldas emoldurando-lhe o busto. O do Duque de Caxias também tinha muitas corôas de valor, salientando-se entre elas as enviadas pela comissão glorificadora do seu centenário e pela Escola Militar (...) Quem como nós visitou ontem o cemitério de S. Francisco de Paula recebeu ótima impressão pelo asseio que estão tratado todos os túmulos”; “Cemitério de S. João Batista: muitas eram as sepulturas que se achavam ornamentadas de ricas grinaldas, flores naturais e artificiais e mais lembranças que a alma piedosa dos parentes lá deixaram para os que já repousaram. Dentre as sepulturas que se achavam ornamentadas com mais apurado gosto, muitas das quais de pessoas falecidas há pouco tempo, podemos notar as seguintes: Barão de Cotegipe, Barão de Araguaia, Conselheiro Diogo Duarte Silva, Visconde do Bom Conselho, Família Bastos, Família Camacho, Jorge Luiz Teixeira Leite, Conselheiro Nascimento Machado Portella... Barão Torres Homem, Miguel Angelo de Mesquita e mais as ricas capelas de família Murnelly, Barão de Oliveira Castro, Barão de Vargem Alegre e Família Torres. Causa muito boa impressão a limpeza que reina em todo o cemitério, que merece grande cuidado do digno administrador”.

17 - Sobre a ideia de “vida política dos cadáveres” ver o interessante trabalho de Verdery (2000).

18 - João do Rio. “Epitáfios”, In *Gazeta de Notícias*, 3/11/1908. O mesmo artigo, publicado em jornal, foi inteiramente reescrito e ampliado, incluído posteriormente no livro *Cinematógrafo* (1909).

19 - Os manuais de civilidade e etiqueta encarregavam-se de definir o tempo de duração do luto de acordo com a proximidade de parentesco que ligava os membros da família. O luto para os avós durava seis meses, o luto dos pais pelos filhos deveria durar seis meses, com mais seis de luto aliviado, isto é, dispensando o uso da cor negra na vestimenta. Entre os manuais mais lidos na época, destaca-se o *Tratado de Civilidade e de Etiqueta*, de autoria da Condessa de Gencé, publicado na França, na segunda metade do século XIX e traduzido para a língua portuguesa no início do século XX. Ver também Carvalho (1995), manual de etiqueta muito apreciado no final do século XIX e início do XX, especialmente pela burguesia fluminense.

20 - Provavelmente, um exemplo paradigmático do chamado funeral-espetáculo, que na época mobilizou diferentes setores da sociedade francesa foi o de Victor Hugo, em 1885. Sobre o assunto é interessante consultar o trabalho de Ben-Amos (1984). No Brasil, são vários os exemplos de funerais pomposos na virada do século XIX e no primeiro quartel do século XX, sobretudo os de presidentes, governadores, senadores da República, estadistas, marechais e outros nomes ligados às profissões liberais de reconhecido destaque nacional.

Fontes

Jornais e periódicos

Gazeta de Notícias, 2/11/1903; 12/6/1907; 3/11/1908; 8/11/1908; 10/11/1908; 2/11/1914.

O País. Rio de Janeiro, 20.11.1922.

O Panorama, dezembro 1937.

Revista Kosmos. Rio de Janeiro, Jorge Schmidt Editor, número 11, novembro, 1905.

Revista dos Monumentos Sepulcrais. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1868.

Memorialistas, Viajantes e Literatos

ASSIS, Machado de. As bodas de Luis Duarte. In: *Obras completas*. vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. [1873].

ASSIS, Machado de. Memorial de Aires. In: *Obras completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959 [1908].

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: *Obras completas*, vol. 2, Rio de Janeiro: Aguilar, 1959 [1883].

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958.

AZEVEDO, Artur. *O Dia de Finados. Sátira*. Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1877.

CARVALHO, M. A. V. *A arte de viver na sociedade*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, Editor, 1895

FERRAZ, E. A morte do mestre. In: *O País*. Rio de Janeiro, 20.11.1922.

GENCÉ, Condessa. *Tratado de civilidade e etiqueta*. Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1909.

KOSERITZ, C. V. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1980.

LEMOES, M. *A secularização dos cemitérios e o privilégio funerário*. Rio de Janeiro: Sede da Igreja Positivista do Brasil, 1893.

MATOS, M. *Machado de Assis*. São Paulo: Brasiliense, 1939.

MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas: 1940-1980*. Lisboa: IN-CM, 1986.

MORAES FILHO, MELLO. *Festas e Tradições Populares no Brasil (1895)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

RIO, João do. "Epitáfios". *Gazeta de notícias*, 3/11/1908.

RIO, João do. *Cinematógrafo*. Porto: Livraria Chardron, 1909.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARRETO, Carta de um defunto Rico. In: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1956.

BATISTA, H. S. de A. *Assim na morte como na vida*. Arte e sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002

BEN-AMOS, A. Les funérailles de Victor Hugo. Apothéose de l'événement spectacle. In : NORA, Pierre (dir.) *Les lieux de mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984.

BILAC, Olavo. Notas Diárias. In: *Crítica e Fantasia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904.

BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930: ofício de marmorista italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/arte, 2002.

BRENNA, Giovanna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão. Rio de Janeiro: Editora Index, 1985.

- BURGUIÈRE, A. La mémoire familiale du Bourgeois Gentilhomme: généalogies domestiques en France aux XVIIe. et XVIIIe. Siècles. In : *Annales ESC*, nº4, julho e agosto, 1991.
- CATROGA, F. *O céu da memória: cemitério romântico e memória*. Coimbra: Minerva, 1999.
- CUNNINGTON, P. *Costumes for Births, Marriages and Death*. London: A & C Black, 1972.
- DECHAUX, J-H. *Le souvenir des morts*. Essai sur le lien de filiation. Paris: PUF, 1997.
- FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- GERSON, B. *História dos subúrbios: Botafogo*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, s.d.
- GLEDSON, J., MENEZES, P. da C. (org.) *Rio de Assis. Imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- LIMA, T. A. "De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social)", in *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, São Paulo, USP, 1994.
- RAGON, M. *L'espace de la mort*. Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires. Paris : Albin Michel, 1981.
- REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, C. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- TAYLOR, L. *Mourning Dress: A Costume and Social History*. London: Allen and Unwin, 1983.
- VALLADARES, C. do P. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/MEC, 1972.
- VERDERY, Katherine. *The Political Lives of Dead Bodies*. New York: Columbia University Press, 2000.
- VOVELLE, Michel e BERTRAND, Régis. *La Ville des Morts: Essai sur l'Imaginaire urbain contemporain d'après les cimetières provençaux*, Paris : Editions du Centre National de La Recherche Scientifique, 1983.
- VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1330 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1988.

Recebido em 27/06/2014

